**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2016**

1- Evidenciação das políticas contábeis

1.1 As demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado do RS e portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2- Critérios Contábeis e estimativas utilizados nas Demonstrações Contábeis

2.1 O valor do orçamento aprovado da Câmara para o exercício de 2016 foi de R$ 32.832.506,49. Foi empenhado o valor de R$ 23.371.958,33, o que resultou numa economia orçamentária de R$ 9.460.548,16.

**2.2 Balanço Orçamentário – anexo 12 - Exercício 2016**

2.2.1 O poder Legislativo não possui receitas; mensalmente recebe o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Legislativo conforme programação financeira. Houve a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$ 260.000,00, sendo autorizada por Lei e Resolução de Mesa. Houve também a redução do orçamento no valor de R$ 5.737.708,87, devido à dispensa do valor do duodécimo de setembro e dezembro de 2016. Assim o valor atualizado do orçamento ficou em R$ 27.093.797,62.

O montante de R$ 23.371.958,33 referente à coluna despesas empenhadas corresponde ao total comprometido, no exercício financeiro de 2016, destinado ao custeio do funcionamento deste Poder Legislativo. Deste valor, R$ 23.268.133,25 foi destinado a despesas correntes (manutenção das atividades, como por exemplo: despesas com pessoal, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com energia, telefone etc) e R$ 103.825,08 destinados a despesas de capital (aquisições de bens patrimoniais como mobiliário, equipamentos de informática, softwares e outros).

Com relação ao Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1) foram cancelados R$ 252.403,83 referente despesas empenhadas em 2015 e que não foram executadas em 2016.

**2.3 Balanço Financeiro – Anexo 13- Exercício 2016**

2.3.1 Em relação às receitas e despesas extraordinárias, em sua maioria os valores se referem a descontos previdenciários de folha, consignações autorizadas pelos próprios funcionários e pensões alimentícias. Como pode ser observado o Legislativo apresenta um saldo em espécie para o exercício seguinte no montante de R$ 202.876,60, correspondente a R$ 140.949,66 de Inscrição de Restos a Pagar Não Processados; R$ 56.973,58 de Inscrição de Restos a Pagar Processados; R$ 3.436,64 referente INSS retido a ser repassado e R$ 1.516,72 referente IRRF sobre prestação de serviços de terceiros a ser repassado.

**2.4 Balanço Patrimonial - Anexo 14- Exercício 2016**

2.4.1 O método aplicado ao controle de estoque é o de Custo Médio Ponderado. O valor escriturado nas contas de estoque na contabilidade é o mesmo que foi inventariado pelo almoxarifado.

2.4.2 O inventário geral dos bens foi realizado com o objetivo de identificar e localizar fisicamente os bens. O valor atual apresentado no ativo imobilizado e intangível refere-se ao valor fiel do patrimônio inventariado em 2016 pelo Legislativo.

2.4.3 O reconhecimento por competência dos passivos relativos a férias e encargos sociais dos servidores foram estimados tendo por base no banco de dados do departamento de recursos humanos.

2.4.4 A conta Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente refere-se a despesas com a renovação do seguro dos veículos e prédio da Câmara e das assinaturas de jornais, a ser apropriadas mensalmente obedecendo o princípio da competência.

2.4.5 Em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo refere-se à estimativa de desembolso referente a férias, encargos e licença Prêmio apropriados por competência de acordo com o MPCASP.

2.4.6 As Demais Obrigações a Curto Prazo referem-se à retenção de INSS sobre folha de pagamento de férias e à retenção de IRRF pessoa jurídica.

2.4.7 A conta Ajustes de avaliação patrimonial está com saldo devedor pois foi contabilizada a reavaliação dos bens patrimoniais da Câmara e a depreciação acumulada de exercícios anteriores conforme laudo de avaliação.

2.4.8 A conta garantias e contragarantias recebidas refere-se ao valor segurado dos veículos e do prédio da Câmara.

2.4.9 Os Investimentos compreendem ações referentes ao direito de uso de linhas telefônicas da antiga Companhia Riograndense de Telecomunicações CRT. Tais ações hoje representam parte do capital da OI S.A e Telefônica Brasil S.A. A contabilização das referidas ações foi feita com base na cotação de 09/12/2016. Considerada como seu valor histórico.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EMPRESA** | **TIPO** | **CÓDIGO** | **QUANTIDADE** | **COTAÇÃO** | **VALOR TOTAL** |
| TELEF BRASIL (VIVO) | PN | VIVT4 | 227 | R$ 44,00 | R$ 9.988,00 |
| TELEF BRASIL (VIVO) | ON | VIVT3 | 23 | R$ 35,41 | R$ 814,43 |
| OI S.A | PN | OIBR04 | 41 | R$ 2,34 | R$ 95,94 |
|  |  |  |  | **TOTAL** | **R$ 10.898,37** |

**2.5 Demonstrações das Variações patrimoniais – Anexo 15 - Exercício 2016**

2.5.1 Transferências e Delegações Concedidas - A Câmara repassou à Prefeitura R$ 10.879,64, referente ressarcimento de combustíveis utilizados no exercício de 2016. Também foi realizada a transferência de bens móveis à Prefeitura no valor de R$ 8.316,05. O valor total de R$ 19.437,69 foi registrado como Transferências Intragovernamentais.

2.5.2 Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos - Cabe ressaltar que o valor de R$ 871,66 correspondente a Perdas Involuntárias onde foi registrada a baixa de bens permanentes.

**3. Informações Adicionais**

3.1 Câmara Municipal de Caxias do Sul, CNPJ: 92.862.234/0001-66, situada na rua Alfredo Chaves, nº 1323, Bairro Exposição, Caxias do Sul – RS.

3.2 Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

3.3 Responsabilidades na gestão

Caxias do Sul, 31 de dezembro de 2016.

Edi Carlos Pereira de Souza Juliana Mattei

Presidente Contadora CRC 82.917